

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim dos meses de Abril e Maio será apresentado um comentário sobre o Balanço dos pisos salariais negociados em 2006, a conjuntura econômica no Brasil neste início de ano, indicadores econômicos como mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, o Índice do Custo de Vida na Região Metropolitana de São Paulo e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

Boletim de Conjuntura - Abril e Maio de 2007

**José Calixto Ramos** – Presidente

**Alessandra de Moura Cadamuro** - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte -  
CEP: 70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

**E-mail: [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) Site: [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)**

## ÍNDICE

- I - BALANÇO DOS PISOS SALARIAIS  
NEGOCIADOS EM 2006
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

**Entre em contato conosco pelo e-mail:**

**[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)**

## 1 – BALANÇO DOS PISOS SALARIAIS NEGOCIADOS EM 2006

Os pisos salariais, previstos na Constituição Federal brasileira como um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, compõem o rol das mais importantes reivindicações apresentadas nos processos de negociação coletiva de trabalho e têm sido alvo de atenção especial do movimento sindical. Primeiramente, por assegurar àqueles que recebem os menores salários remuneração superior à estipulada pelo salário mínimo oficial. Em segundo lugar, pelo impacto direto que exercem sobre as faixas salariais mais baixas, possibilitando a elevação do patamar de remuneração e contribuindo para a redução virtuosa do leque salarial das empresas. Ademais, a fixação de um piso salarial em patamares mais elevados para cada categoria profissional inibe a rotatividade nos postos de trabalho de menor qualificação, dado que desestimula a utilização do mecanismo de dispensa imotivada para redução de custos.

Desde 2004 o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – tem realizado análises regulares dos pisos salariais negociados por diversas categorias profissionais em todo território nacional. Neste estudo serão analisados os pisos salariais resultantes de 452 negociações coletivas de trabalho registradas em 2006 no SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários – elaborado e mantido pelo Departamento.

A maior parte das negociações coletivas analisadas para a realização deste balanço estabelece mais de um piso salarial para a categoria e define seus valores através da aplicação de diversos critérios, como função, tamanho e localidade das empresas, entre outros. Nestes casos, para efeito de análise, selecionou-se, em

cada uma das unidades de negociação registradas, o piso salarial de menor valor. Quando os valores eram diferenciados por função, optou-se pelo mais baixo piso definido para o exercício da atividade principal das empresas.

Mais de 70% dos valores estabelecidos como piso salarial não ultrapassam 1,5 salário mínimo e pouco mais de metade está localizada na faixa entre 1 e 1,25 salário mínimo, o que pode ser verificado na Tabela 1.

**TABELA 1**  
**Distribuição dos pisos salariais por faixas de salário mínimo**  
**vigente na data-base**  
**Brasil, 2006**

Faixas de salário mínimo <sup>(1)</sup>	Pisos Salariais		
	nº	%	% acumulada
<b>1,00</b>	12	2,7	2,7
<b>1,01 a 1,25</b>	217	48,0	50,7
<b>1,26 a 1,50</b>	99	21,9	72,6
<b>1,51 a 1,75</b>	42	9,3	81,9
<b>1,76 a 2,00</b>	30	6,6	88,5
<b>2,01 a 2,25</b>	11	2,4	90,9
<b>2,26 a 2,50</b>	13	2,9	93,8
<b>2,51 a 2,75</b>	8	1,8	95,6
<b>2,76 a 3,00</b>	4	0,9	96,5
<b>Mais de 3,00</b>	16	3,5	100,0
<b>Total</b>	<b>452</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE

Obs.: para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

Quando se observa essa distribuição nos anos anteriores, nota-se que em 2006 houve maior aproximação entre os valores dos pisos negociados e o do salário mínimo oficial. Em 2004 e 2005, cerca de um quarto das informações analisadas correspondia a até 1,25 salário mínimo e a metade equivalia a até 1,5 salário mínimo.

Esse comportamento deve ser atribuído à evolução do salário mínimo oficial, sobre o qual têm sido aplicados aumentos reais significativos, que elevaram seu poder de compra em proporção maior do que a verificada entre os pisos salariais. Nos anos de 2005 e 2006, o salário mínimo obteve ganhos de 8,23% e de 13,04%, respectivamente, o que totalizou 22,34% a mais do que a variação acumulada do INPC-IBGE no período.

Quando se observa a distribuição dos pisos salariais por faixas de salários mínimos em cada um dos setores de atividade econômica (Tabela 2), nota-se que, embora a maior parte dos valores registrados em todos eles esteja concentrada na faixa equivalente a até 1,25 salário mínimo, há distinções que merecem ser destacadas.

No setor do comércio, mais de 90% dos pisos salariais analisados correspondem a até 1,5 salário mínimo, sendo que aproximadamente 60% estão aquém de 1,25 salário mínimo.

Na indústria, ainda que a proporção de pisos equivalentes a até 1,25 salário mínimo seja próxima à verificada no comércio - 55% - é menor o percentual de valores correspondentes até 1,5 salário mínimo - cerca de 76%. Isso significa que, na indústria, a presença de valores superiores a esta marca é bem maior do que a observada no comércio: quase 25% do total contra menos de 8%, respectivamente.

Já no setor de serviços, que reúne atividades como comunicação, saúde e educação -que têm presença significativa de profissionais com nível universitário - foi verificada a situação mais favorável. Pouco mais de 60% dos pisos localizam-se na faixa entre 1 e 1,5 salário mínimo, o que quer dizer que quase 40% deles superam esse valor. Aqui, cabe ressaltar que 20% dos pisos salariais registrados ultrapassam 2 salários mínimos.

**TABELA 2**  
**Distribuição dos pisos salariais por faixas de salário mínimo vigente na data-base, segundo setores de atividade econômica Brasil, 2006**

Faixas de salário mínimo	Indústria			Comércio			Serviços		
	nº	%	% acum	nº	%	% acum	nº	%	% acum
<b>1,00 a 1,25</b>	116	55,0	55,0	32	59,3	59,3	72	40,7	40,7
<b>1,26 a 1,50</b>	44	20,9	75,9	18	33,3	92,6	36	20,3	61,0
<b>1,51 a 1,75</b>	18	8,5	84,4	1	1,9	94,5	23	13,0	74,0
<b>1,76 a 2,00</b>	20	9,5	93,9	0	-	94,5	10	5,6	79,6
<b>Mais de 2,00</b>	13	6,2	100,0	3	5,6	100,0	36	20,3	100,0
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>177</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

Obs: para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

A Tabela 3 destaca a quantidade de negociações registradas em cada um dos ramos de atividades do setor da indústria bem como o número – e proporção sobre o total de informações do segmento – daquelas que fixam pisos salariais superiores a 1,5 salário mínimo.

TABELA 3

**Total de pisos salariais negociados e resultados iguais ou superiores a 1,5 salário mínimo, por ramo de atividade econômica Brasil, 2006**

Setor/ramo	Total	Pisos iguais ou superiores a 1,5 SMs <sup>(1)</sup>	
		nº	%
<b>Indústria</b>	<b>211</b>	<b>51</b>	<b>24,2</b>
Alimentação	27	9	33,3
Artefatos de Borracha	3	2	66,7
Artefatos de Couro	2	0	0,0
Cinematográfica	1	0	0,0
Construção e Mobiliário	46	11	23,9
Extrativista	7	0	0,0
Gráfica	6	2	33,3
Metalúrgica	42	14	33,3
Papel, Papelão e Cortiça	4	1	25,0
Química e Farmacêutica	12	3	25,0
Têxtil	21	0	0,0
Urbana	13	8	61,5
Vestuário	25	0	0,0
Vidros e Cristais	2	1	50,0

Fonte: DIEESE

Nota: 1) em cada unidade de negociação, o valor monetário do piso salarial foi convertido pelo valor do salário mínimo vigente na data-base.

Obs.: Para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

No âmbito da indústria, apenas as negociações realizadas nas indústrias urbanas asseguram pisos salariais iguais ou superiores a 1,5 salário mínimo oficial em mais da metade das unidades de negociação analisadas. Nos segmentos gráfico, metalúrgico e de alimentação, um terço das negociações obtém esse resultado, que também é alcançado por cerca de um quarto das realizadas nas

indústrias químicas e metalúrgicas. Já nas negociações praticadas nas indústrias extrativistas, têxteis e de vestuário, não são estipulados pisos salariais equivalentes ou superiores ao valor de 1,5 salário mínimo oficial.

A Tabela 4 traz a média dos pisos salariais, bem como o menor e o maior valor observados em cada setor econômico e ramo de atividade nos quais foram registradas mais de 10 unidades de negociação. Convém, aqui, lembrar que o valor do salário mínimo foi alterado de R\$ 300,00 para R\$ 350,00, em abril de 2006.

Observa-se, em primeiro lugar, que a maior média dos pisos salariais foi verificada no setor de serviços – 1,63 salário mínimo, influenciado, principalmente, pelos pisos estipulados para trabalhadores com formação universitária – como jornalistas, enfermeiros e professores – ou com especialização profissional – como transportes.

Na indústria, a média dos pisos fixados corresponde a 1,40 salário mínimo. Este setor registra a maior média dos pisos salariais de todo o painel analisado – 2,38 salários mínimos, referente ao segmento das indústrias urbanas<sup>§</sup> - e a menor – 1,13 salário mínimo, verificada entre as negociações do ramo do vestuário. É na indústria que se registrou a mais acentuada defasagem entre o menor e o maior piso salarial fixados, correspondente a 8,5, o que demonstra a enorme distância entre as remunerações negociadas no setor. As menores desigualdades foram observadas nos segmentos vestuário (1,36) e têxtil (1,45).

O setor do comércio apresenta uma média de pisos salariais de 1,31 salário mínimo.

<sup>§</sup> Média influenciada por um piso de engenheiros.

TABELA 4

Média, menor e maior<sup>(1)</sup> piso salarial por setores econômicos e ramos de atividade selecionados  
Brasil, 2006

Setor/ramo	Total	Menor piso <sup>(2)</sup>		Maior piso <sup>(2)</sup>		Média <sup>(2)</sup>		Maior Piso/ Menor Piso <sup>(4)</sup>
		em R\$	em SM <sup>(3)</sup>	em R\$	em SM <sup>(3)</sup>	em R\$	em SM <sup>(3)</sup>	
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>211</b>	<b>300,00</b>	<b>1,00</b>	<b>2.975,00</b>	<b>8,50</b>	<b>474,17</b>	<b>1,40</b>	<b>8,50</b>
Alimentação	27	360,00	1,03	700,00	2,16	479,95	1,43	2,10
Construção e Mobiliário	46	327,00	1,00	2.100,00	6,00	481,37	1,40	6,00
Metalúrgica	42	334,40	1,01	1.078,37	3,08	500,62	1,46	3,05
Química e Farmacêutica	12	360,00	1,05	650,00	1,86	456,94	1,36	1,77
Têxtil	21	324,65	1,01	510,00	1,47	397,95	1,17	1,46
Urbana	13	384,00	1,10	2.975,00	8,50	834,33	2,38	7,73
Vestuário	25	300,00	1,00	475,80	1,36	371,34	1,13	1,36
<b>COMÉRCIO</b>	<b>54</b>	<b>300,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1.290,00</b>	<b>3,69</b>	<b>438,02</b>	<b>1,31</b>	<b>3,69</b>
<b>SERVIÇOS</b>	<b>177</b>	<b>310,20</b>	<b>1,00</b>	<b>1.766,43</b>	<b>5,05</b>	<b>535,18</b>	<b>1,63</b>	<b>5,05</b>

Fonte: DIEESE

Notas: 1) valor mais elevado do subconjunto que reúne somente o menor dos pisos acordados para atividades-fim em cada uma das negociações

2) os valores aqui apresentados - monetários e convertidos em salários mínimos - não pertencem necessariamente à mesma unidade de negociação. Os valores do menor e do maior piso salarial em reais foram selecionados entre os valores monetários e os valores do menor e do maior piso salarial em salários mínimos foram selecionados dentre os valores convertidos em salários mínimos, não tendo, portanto, correspondência obrigatória entre si. Também as médias apresentadas em salários mínimos e em valor monetário foram calculadas de forma independente.

3) em cada unidade de negociação, o valor monetário do piso salarial foi convertido pelo valor do salário mínimo vigente na data-base

4) os números aqui obtidos resultam da divisão do maior piso salarial pelo menor, depois de convertidos em número de salários mínimos

Obs.: a) foram escolhidas apenas categorias com mais de 10 negociações registradas no painel

b) para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 5

Média, menor e maior<sup>(1)</sup> piso salarial por região geográfica  
Brasil, 2006

Região	TOTAL (n <sup>2</sup> )	Média <sup>(2)</sup>		Menor Piso <sup>(2)</sup>		Maior piso <sup>(2)</sup>		Maior piso/ menor piso <sup>(5)</sup>
		em R\$	em SM <sup>(3)</sup>	em R\$	em SM <sup>(3)</sup>	em R\$	em SM <sup>(3)</sup>	
<b>Sudeste</b>	170	542,28	1,62	300,00	1,00	2.975,00	8,50	8,50
<b>Sul</b>	112	470,20	1,42	350,00	1,00	1.078,37	3,33	3,33
<b>Centro-Oeste</b>	33	480,00	1,42	310,20	1,00	1.202,43	3,44	3,44
<b>Norte</b>	33	461,81	1,35	318,00	1,01	1.270,50	3,63	3,59
<b>Nordeste</b>	100	431,64	1,31	300,00	1,00	1.766,43	5,05	5,05
<b>Total</b>	<b>452<sup>(4)</sup></b>	<b>491,89</b>	<b>1,47</b>	<b>300,00</b>	<b>1,00</b>	<b>2.975,00</b>	<b>8,50</b>	<b>8,50</b>

Fonte: DIEESE

Notas: 1) valor mais elevado do subconjunto que reúne somente o menor dos pisos acordados para atividades-fim em cada uma das negociações

2) os valores aqui apresentados - monetários e convertidos em salários mínimos - não pertencem necessariamente à mesma unidade de negociação. Os valores do menor e do maior piso salarial em reais foram selecionados entre os valores monetários; e os valores do menor e do maior piso salarial em salários mínimos foram selecionados dentre os valores convertidos em salários mínimos, não tendo, portanto, correspondência obrigatória entre si. Também as médias apresentadas em salários mínimos e em valor monetário foram calculadas de forma independente.

3) em cada unidade de negociação, o valor monetário do piso salarial foi convertido pelo valor do salário mínimo vigente na data-base.

4) exclusive as quatro unidades de negociação de abrangência nacional.

5) os números aqui obtidos resultam da divisão do maior piso salarial pelo menor, depois de convertidos em número de salários mínimos

Obs.: a) para cada unidade de negociação foi considerado apenas um piso salarial, que corresponde ao menor valor fixado para o desempenho das atividades-fim das empresas.

Quanto aos pisos salariais estabelecidos nas diversas regiões geográficas, a maior média foi observada na Região Sudeste – 1,62 salário mínimo – e a menor, na Nordeste – 1,31 salário mínimo, o que representa uma diferença de cerca de 24% entre

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

esses valores. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a média entre os pisos salariais negociados foi de 1,42 salário mínimo e, na Norte, de 1,35 salário mínimo.

Em todas as regiões observadas, a razão entre o maior e o menor piso salarial negociado excede três vezes. Destacam-se, aqui, o Sudeste, onde esta relação é de 8,5 e o Nordeste, com 5,05 vezes.

**TABELA 6**  
**Evolução do Salário Mínimo**  
**Brasil, 2003 a 2007**

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2003	240,00	-	-	-
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	<b>1,19</b>
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	<b>8,23</b>
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	<b>13,04</b>
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	<b>5,10</b>
<b>Total (abr/03 – abr/07)</b>		<b>58,33</b>	<b>21,69</b>	<b>30,11</b>

Elaboração: DIEESE

A análise das informações registradas no SAS-DIEESE, em 2006, confirma a tendência de aproximação do valor do salário mínimo oficial aos valores fixados nas negociações coletivas de trabalho para os pisos salariais, já apontada no estudo relativo ao primeiro semestre do ano. No presente levantamento, cerca de metade dos pisos analisados localizam-se na faixa entre 1 e 1,25 salário mínimo, e mais de 70% estão na faixa até 1,50. Nos estudos de 2004 e 2005, o percentual de pisos que correspondiam a essas faixas era de 25% e 50%, respectivamente. Isso revela que os aumentos reais do salário mínimo oficial não foram incorporados

na mesma proporção aos pisos salariais nas negociações coletivas. Em 1º de abril de 2007, o valor do salário mínimo oficial passou de R\$ 350,00 para R\$ 380,00, o que representou um reajuste de 8,57% e um aumento real de 5,10% em relação ao INPC-IBGE (Tabela 6).

Das 452 unidades de negociação analisadas, 149 – ou 33% – registravam, em dezembro de 2006, pisos salariais inferiores ao novo valor estipulado para o salário mínimo. Destas, 63 (14%) têm data-base entre janeiro e abril – ou seja, já negociaram ou estão negociando seus contratos coletivos, provavelmente com reajustes que elevam seus pisos a valores próximos ao do salário mínimo. As demais - 86 ou 19% -, que ainda negociarão seus instrumentos normativos no decorrer do ano, terão, em abril de 2007, seus pisos salariais alçados ao valor do salário mínimo que passará então a vigorar. Desta forma, é possível inferir que o valor do novo salário mínimo afeta diretamente um terço dos pisos registrados no SAS-DIEESE, em 2006.

Esses dados revelam, por um lado, que a agenda sindical deve ser ampliada para garantir o estabelecimento de remunerações mais elevadas no espaço das negociações coletivas de trabalho. Por outro lado, mostram a importância da adoção de uma política de valorização do salário mínimo, encampada e defendida pelas Centrais Sindicais brasileiras como instrumento de elevação do patamar salarial.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Estudos e Pesquisas nº 34 .**  
Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

## 2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

O governo divulgou, no início de maio, um balanço dos resultados do PAC, cerca de 100 dias após o seu anúncio.

O balanço divulgado pelo governo classificou os projetos com selo de adequado, atenção ou preocupante. Dos 1.646 empreendimentos previstos pelo Programa, 52,5% estão andando de forma adequada, 39,1% das ações merecem atenção do governo, o que significa que podem estar com algum atraso ou apresentar “risco potencial” e os demais 8,4% das obras são classificadas como preocupante, porque estão com grande atraso no cronograma e com elevado risco.

As obras que estão andando de forma adequada, correspondentes a 52,5% do total, equivalem a R\$ 308,9 bilhões (61,3%) dos R\$ 503,9 bilhões de investimentos previstos pelo PAC até 2010.

Um dos principais problemas apontados nas obras consideradas preocupantes e em atraso, é a ausência de licenças ambientais. Dos 46 projetos com problemas listados, 15 estão parados por falta de licenças e outras exigências do Ibama; destes, 6 são da área energética. Um dado importante da avaliação é o de que a desoneração fiscal prevista no PAC originalmente foi elevada em 1,6 bilhão de reais ao ano, para 8,2 bilhões de reais em 2007 e 4,2 bilhões de reais em 2008. O governo isentou grandes obras através de medida provisória, como rodovias e edificações de projetos de energia, do pagamento de PIS e Cofins.

O cenário macroeconômico, previsto em janeiro pelos formuladores do PAC, melhorou. A dívida líquida do setor público, por exemplo - que no cenário inicial do setor público chegaria em 2010 em 39,7% - de acordo com o cenário apresentado na avaliação dos primeiros três meses, deverá terminar 2010 em 36%

do PIB. Neste caso específico a melhora decorreu em parte da nova metodologia de cálculo do PIB, como já vimos no boletim anterior, que reviu para cima o crescimento deste e em parte da própria previsão de que a economia irá crescer em ritmo mais forte nos próximos anos. A previsão da Selic também foi reduzida na avaliação em relação aos dados iniciais divulgados por ocasião do lançamento do PAC: a previsão era que chegasse em 2010 em 10,1% e agora ficou em 9,5%.

O balanço dos três primeiros do PAC coincide com um momento bom da economia brasileira. O país cresce a 4%, fruto da elevação da taxa de investimentos e a inflação permanece sob controle. A taxa de juros cai há quinze meses e as contas externas estão em equilíbrio. O risco-país despencou para 150 pontos, ficando pela primeira vez em muitos anos, na média dos países em desenvolvimento. No acumulado do ano as vendas no varejo cresceram 9,3% em relação aos primeiros quatro meses de 2006, o melhor desempenho desde 2000. Este crescimento das vendas está relacionado à expansão da oferta de crédito ao consumidor, decorrente da redução das taxas de juros, e ao crescimento do emprego e da massa salarial.

A relação dívida externa/exportação de bens, que é um indicador que possibilita comparações internacionais diretas, reduziu vigorosamente, tanto pela redução da dívida quanto pelo aumento das exportações. Agências internacionais que avaliam o risco para investimentos estrangeiros em vários países têm avaliado o Brasil de forma positiva. Contribuiu decisivamente para a melhor classificação do Brasil a acumulação das reservas internacionais.

Como resultado de uma conjunção de fatores, dentre os quais a atual longa fase de crescimento mundial, investidores nacionais e estrangeiros querem ansiosamente comprar ativos denominados em real. Comprar reais é um investimento seguro, praticamente

sem risco, e que não necessita de logística. Por isto o país tem que aproveitar o momento extremamente favorável da economia para resolver os seus problemas: fazer a reforma tributária, remover os obstáculos burocráticos ao desenvolvimento e acelerar a queda dos juros.

Todos estes indicadores têm contribuído para uma redução da vulnerabilidade externa permitindo, assim, uma maior folga para uma política externa cada vez mais independente e voltada para o imenso desafio do desenvolvimento econômico brasileiro.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.** Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

### 3 - INDICADORES ECONÔMICOS

#### 3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego mostram que, no mês de abril, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 3.238 mil pessoas, 67 mil a mais do que no mês anterior (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações					
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)			
	Abr/06	Mar/07	Abr/07	Abr/07	Abr/07	Mar/07	Abr/06	Abr/07	
<b>População em idade Ativa</b>	<b>31.173</b>	<b>31.654</b>	<b>31.720</b>	<b>66</b>	<b>547</b>	<b>0,2</b>	<b>1,8</b>		
População Economicamente Ativa	18.934	19.034	19.188	104	254	0,5	1,3		
Ocupados	15.535	15.913	15.950	37	415	0,2	2,7		
Desempregados	3.399	3.171	3.238	67	-161	2,1	-4,7		
Em Desemprego Aberto	2.249	2.032	2.179	87	-70	4,2	-3,1		
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	765	716	733	17	-32	2,4	-4,2		
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	384	363	326	-37	-58	-10,2	-15,1		

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

A taxa de desemprego total variou de 16,6%, em março, para 16,9%, em abril (Tabela 2). A taxa de desemprego aberto cresceu de 11,0% para 11,4% e a de desemprego oculto oscilou negativamente, ao passar de 5,7% para 5,5%, no período em análise.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

Em abril, a relativa estabilidade do nível de ocupação (0,2%) interrompeu comportamento de redução usualmente observado no primeiro trimestre do ano. Em números absolutos foram geradas 37 mil novas ocupações, quantidade insuficiente para absorver as 104 mil pessoas que entraram no mercado de trabalho, o que resultou no acréscimo de 67 mil pessoas ao contingente de desempregados. O número de ocupados foi estimado em 15.950 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.188 mil, no mês em análise.

**TABELA 2**  
**Taxas de Desemprego**

Regiões Metropolitanas	Em porcentagem				
	Abr/06	Mar/07	Abr/07	Variação	
				Abr/07 Mar/07	Abr/07 Abr/06
<b>Total</b>	<b>18,0</b>	<b>16,6</b>	<b>16,9</b>	<b>1,8</b>	<b>-6,1</b>
Distrito Federal	20,7	18,9	19,0	0,5	-8,2
Belo Horizonte	15,6	13,8	13,5	-2,2	-13,5
Porto Alegre	15,5	12,9	13,6	5,4	-12,3
Recife	21,9	21,1	20,7	-1,9	-5,5
Salvador	24,4	22,9	23,4	2,2	-4,1
São Paulo	16,9	15,9	16,3	2,5	-3,6

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Entre as regiões pesquisadas, verificaram-se comportamentos diferenciados na taxa de desemprego total: aumento de 5,4% em Porto Alegre, 2,5% em São Paulo e 2,2% em Salvador, relativa estabilidade no Distrito Federal (0,5%) e decréscimo em Belo Horizonte (2,2%) e Recife (1,9%) (Tabela 2).

O desempenho do nível de ocupação foi positivo no Distrito Federal (1,5%), Belo Horizonte (1,4%) e Recife (0,7%),

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

permaneceu inalterado em São Paulo e relativamente estável em Porto Alegre (-0,2%) e apresentou pequena variação negativa em Salvador (0,7%).

**TABELA 3**  
**Ocupação por Setor de Atividade**

Setores de Atividade	Variações						
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (em%)	
	Abr/06	Mar/07	Abr/07	Abr/07 Mar/07	Abr/07 Abr/06	Abr/07 Mar/07	Abr/07 Abr/06
<b>Total</b>	<b>15.535</b>	<b>15.913</b>	<b>15.950</b>	<b>37</b>	<b>415</b>	<b>0,2</b>	<b>2,7</b>
Indústria	2.504	2.459	2.471	12	-33	0,5	-1,3
Comércio	2.483	2.692	2.679	-13	196	-0,5	7,9
Serviços	8.267	8.493	8.546	53	279	0,6	3,4
Construção Civil (2)	817	822	824	2	7	0,2	0,9
Outros (3)	1.464	1.447	1.430	-17	-34	-1,2	-2,3

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

(2) Inclui reformas e reparação de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros setores de atividade não mencionados.

A relativa estabilidade do nível ocupacional metropolitano decorreu do crescimento nos Serviços (0,6%) e na Indústria (0,5%), que praticamente compensou o decréscimo no agregado Outros setores (1,2%) e no Comércio (0,5%). Na Construção Civil houve relativa estabilidade (0,2%), conforme Tabela 3.

Por posição ocupacional, registrou-se estabilidade do contingente de assalariados tanto do setor privado com e sem carteira de trabalho assinada como do setor público (0,2%). Houve pequeno

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

aumento do número de autônomos (0,8%) e no agregado outras posições (1,4%), enquanto o emprego doméstico apresentou pequena variação negativa (0,5%) (Tabela 4).

**TABELA 4**  
**Ocupados por posição na ocupação**

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (em %)	
	Abr/06	Mar/07	Abr/07	Abr/07	Abr/07	Abr/07	
				Mar/07	Abr/06	Mar/07	Abr/06
<b>Total</b>	<b>15.535</b>	<b>15.913</b>	<b>15.950</b>	<b>37</b>	<b>415</b>	<b>0,2</b>	<b>2,7</b>
Total de Assalariados	10.062	10.419	10.421	2	359	0,0	3,6
Setor Privado	8.296	8.637	8.636	-1	340	0,0	4,1
Com Carteira Assinada	6.509	6.861	6.859	-2	350	0,0	5,4
Sem Carteira Assinada	1.787	1.777	1.777	0	-10	0,0	-0,6
Setor Público	1.766	1.780	1.784	4	18	0,2	1,0
Autônomos	2.943	2.927	2.951	24	8	0,8	0,3
Empregados Domésticos	1.321	1.309	1.303	-6	-18	-0,5	-1,4
Outros (2)	1.209	1.258	1.275	17	66	1,4	5,5

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Entre fevereiro e março de 2007, o rendimento médio real dos ocupados, no conjunto das regiões, apresentou pequena variação negativa (0,4%) e passou a valer R\$ 1.036, e o dos assalariados ficou praticamente estável (0,1%), passando a equivaler R\$ 1.111.

O rendimento médio real dos ocupados reduziu-se em Salvador (3,8%, passando a valer R\$ 766) e Belo Horizonte (3,0%, equivalendo a R\$ 952), permaneceu relativamente estável em São Paulo (-0,1%, com valor de R\$ 1.124) e se elevou em Recife

(1,9%, R\$ 646), no Distrito Federal (1,3%, R\$ 1.447) e, em menor medida, em Porto Alegre (0,5%, R\$ 973).

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o nível de ocupação, em abril, cresceu 2,7%, mesma variação de março. Foram geradas 415 mil ocupações no total das regiões pesquisadas, aumento mais que suficiente para absorver as pessoas que entraram no mercado de trabalho (254 mil), reduzindo em 161 mil o número de desempregados. A taxa de participação pouco variou, ao passar de 60,7% para 60,5%, entre abril de 2006 e de 2007.

O desempenho favorável do nível de ocupação resultou da geração de postos de trabalho em todas as regiões pesquisadas, embora com intensidades diferenciadas: 6,8% em Belo Horizonte; 4,6% no Distrito Federal; 3,9% em Salvador; 3,5% em Porto Alegre; 2,5% em Recife e 1,1% em São Paulo.

Nos últimos 12 meses, devido ao comportamento positivo do nível de ocupação, a taxa de desemprego total no conjunto das seis regiões onde a PED é realizada diminuiu de 18,0% para 16,9%. Segundo suas componentes, reduziram-se as taxas de desemprego aberto (de 11,9% para 11,4%) e oculto (de 6,1% para 5,5%).

Entre março de 2006 e de 2007, o rendimento médio real dos ocupados aumentou 3,5%, refletindo crescimentos verificados em quase todas as regiões pesquisadas: Belo Horizonte (5,7%), Distrito Federal (4,1%), São Paulo (4,0%), Recife (3,3%) e Porto Alegre (1,9%). Apenas em Salvador o rendimento médio apresentou pequena redução (0,8%).

Também no mês de abril o DIEESE divulgou o resultado duas pesquisas de emprego e desemprego em espaços urbanos do

interior do Brasil. As pesquisas foram realizadas no trimestre setembro a novembro de 2006, e foram desenvolvidas pelo Sistema PED como resultado de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego. Utilizando a metodologia desenvolvida pelo DIEESE e Fundação Seade, e usualmente aplicada a áreas metropolitanas, os dois levantamentos identificaram realidades bastante diferentes no mercado de trabalho.

As duas pesquisas foram desenvolvidas em regiões bem distintas: uma no interior de Pernambuco (Caruaru e entorno) e outra no Rio Grande do Sul (Aglomerado Urbano Sul). No Nordeste foi pesquisada a região urbana dos municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. No Sul, a pesquisa ocorreu nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Arroio do Padre e Turuçu.

Nos cinco municípios que constituem a região de Caruaru e entorno, 60,5% da população com 10 anos e mais estão engajados na força de trabalho local. Assim, a população economicamente ativa da região soma, – no período estudado, – 255 mil pessoas. Os desempregados correspondem a 13,7% da PEA (35 mil indivíduos) e os ocupados totalizam 220 mil pessoas. A taxa de desemprego aberto — pessoas que apenas procuravam emprego no período — fica em 7,5%, enquanto 4,4% encontram-se em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário e 1,8%, em desemprego oculto pelo desalento.

Dos 220 mil ocupados na região de Caruaru, a maior parte (34,0%) exerce atividades no setor serviços, onde trabalham 75 mil pessoas; as atividades industriais respondem por mais 30,0% dos postos de trabalho e 21,2% dos ocupados atuam no comércio. Construção civil (4,9%), serviços domésticos (5,5%) e demais

atividades (4,5%) completam os setores que ocupam a população local.

Os assalariados, na região, correspondem a 45,1% dos ocupados, sendo que 36,5% estão empregados no setor privado e 8,4%, no público. O trabalho autônomo é exercido por 36,2% dos ocupados.

O rendimento médio dos ocupados de Caruaru e entorno fica em R\$ 485. Para os assalariados, corresponde a R\$ 499, enquanto os autônomos ganham em média R\$ 407. No serviço doméstico o rendimento é mais baixo R\$ 219.

No Aglomerado Urbano Sul, a parcela da população em idade ativa que participa do mercado de trabalho corresponde a 53,0%, com a PEA somando 286 mil pessoas. A taxa de desemprego chega a 20,8% (59 mil pessoas) e os ocupados somam 227 mil. A taxa de desemprego aberto fica em 13,0%, o desemprego oculto pelo trabalho precário totaliza 5,4% e o oculto pelo desalento 2,4%.

Quase a metade dos ocupados de Pelotas e região (49,0%) está empregada no setor serviços. O comércio emprega 18,4%; a indústria, 10,0%; os serviços domésticos, 9,9%; a construção civil, 6,0% e os demais setores, 6,7%.

Os assalariados correspondem a mais da metade da população ocupada no Aglomerado Urbano Sul (54,0%), sendo 39,2%, no setor privado e 14,5%, do público. Os autônomos respondem por 27,1% da ocupação.

O rendimento médio recebido pelos ocupados no período analisado é de R\$ 768. Entre os assalariados, o salário médio chega a R\$ 901, e o rendimento dos autônomos corresponde a R\$

579. No emprego doméstico também encontra-se o menor rendimento médio: R\$ 286

Quanto ao **mercado de trabalho formal** brasileiro, os dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) mostram que o nível de emprego cresceu elevou-se em 1,08% em abril de 2007, o que correspondeu à geração de 301.991 vagas celetistas. . No primeiro quadrimestre do ano, o saldo líquido entre admissões e desligamentos alcançou +701.619 postos (+2,54%), o maior da série histórica para o período.

O setor que mais contribuiu para o saldo verificado no mês foi a Indústria de Transformação, que registrou um resultado recorde de +103.763 postos de trabalho (+1,58%). Também foi acentuado o crescimento nos setores de Serviços e na Agropecuária, responsáveis pelo incremento de +82.768 (+0,73%) e +41.227 (+2,76%) postos de trabalho, respectivamente.

Todos os ramos industriais obtiveram saldos positivos no mês em questão, com dez dos doze ramos apresentando maior dinamismo em relação a abril de 2006. Mereceu destaque a Indústria de Produtos Alimentícios e Bebidas que respondeu pela geração de 58.709 empregos formais (+3,81%), o melhor resultado da série histórica para esse ramo de atividade no mês de abril. Em menor medida destacaram-se, também, a Indústria Têxtil e do Vestuário (+ 8.282 postos ou + 0,93%), a Indústria Metalúrgica (+ 5.832 postos ou + 0,89%), a Indústria de Material de Transportes (+ 5.427 postos ou + 1,28%) e a Indústria Mecânica (+ 5.248 postos ou + 1,29%).

O desempenho do Comércio e da Construção Civil também mereceu destaque. O saldo de emprego no Comércio em abril de 2007 foi de +36.899 postos (+0,60%). A Construção Civil, por sua

vez, registrou uma geração de +30.887 postos (+2,23%), superando em 111% o saldo de abril de 2001 (+14.632 postos), o maior da série até então.

Entre as Unidades da Federação, São Paulo registrou o maior número de vagas criadas (+129.420 ou +1,40%), seguido de Minas Gerais (+38.773 ou +1,27%) e do Paraná (+27.478 ou +1,44%). O Estado de Alagoas foi o único que apresentou retração no estoque de emprego no mês em análise (-6.792 postos ou - 2,88%).

### **3.2 – Taxas de Inflação**

Em maio, o custo de vida no município de São Paulo apresentou variação de 0,63%, superior ao de abril (0,41%) em 0,22 pontos percentuais (pp). Desde fevereiro, quando a inflação medida pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – subiu 0,21%, o ICV vem registrando taxas crescentes, pois em março a variação foi de 0,25%, e em abril de 0,41%. Neste período, a taxa cresceu 0,42 pp. Em maio, as principais elevações ocorreram para Habitação (1,89%), Saúde (0,60%) e Transporte (0,39%), que juntos contribuíram com 0,59 pp no cálculo da inflação do mês.

Nos últimos 12 meses – entre junho de 2006 e maio último – o ICV-DIEESE acumula alta de 4,13 %. Nos cinco primeiros meses deste ano - de janeiro a maio - sua taxa é de 2,47 %.

A inflação nestes primeiros cinco meses de 2007 é preocupante, dado o seu comportamento ascendente. A taxa acumulada deste ano (2,47%) é ligeiramente inferior à de todo o ano de 2006 (2,57%). Portanto, para 2007 apresentar comportamento inflacionário semelhante ao do ano passado, há necessidade que, nos próximos sete meses, a taxa mensal média seja próxima a zero, o que parece pouco provável.

**TABELA 1**  
**Taxas de Inflação**  
**Brasil – 2004 – 2007**

*(em %)*

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
Jan-07	0,95	0,49	0,44
Fev-07	0,21	0,42	0,44
Mar-07	0,25	0,44	0,37
Abr-07	0,41	0,26	0,25
Mai-07	0,63	0,26	0,28
ACUMULADO 2007	2,47	1,88	1,79
<b>DATA BASE</b> <b>1º DE JUNHO</b> <b>DE 2007</b>	<b>4,13</b>	<b>3,57</b>	<b>3,18</b>

Fonte: DIEESE e IBGE

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda\*\* para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE, encontram-se na Tabela 2.

\*\* O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

**TABELA 2**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo**

Índices	Abril 2007 %	Mai 2007 %	Diferença pp.
Geral	0,41	0,63	0,22
Estrato 1	0,31	0,38	0,08
Estrato 2	0,39	0,46	0,07
Estrato 3	0,43	0,75	0,32

Fonte: DIEESE

O IPCA, calculado pelo IBGE desde 1980, se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação. O índice do mês de maio (0,28%) ficou pouco acima da taxa de 0,25%, referente a abril. Em 2007, o índice situa-se em 1,79%, pouco mais alto do que em igual período do ano passado (1,75%). Nos últimos 12 meses, o acumulado de 3,18% também fica acima da taxa de 3,00% registrada nos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio de 2006, o índice havia ficado em 0,10%.

Na comparação de maio com abril, os combustíveis se destacaram como contribuição para reduzir o IPCA. De uma alta de 1,17% de abril, eles passaram para 0,58% no mês seguinte. O aumento da oferta do álcool, resultado do período de safra da cana-de-açúcar, fez os preços do produto crescerem 2,82% em maio, bem menos do que em abril, quando chegou a custar 7,34% a mais do que no mês anterior. A gasolina, por conta da parcela de álcool contida em sua mistura, seguiu a mesma tendência e apresentou menor

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

crescimento de um mês para o outro, ao passar de 0,66% para 0,33%. Por outro lado, em maio, os itens que exerceram pressão para a elevação do IPCA foram o leite e seus derivados (de 2,45% em abril para 3,75% em maio) detiveram a maior contribuição individual no mês, 0,07 ponto percentual, e, assim, fizeram subir a variação dos produtos alimentícios de 0,03% para 0,16%.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões. O INPC apresentou variação de 0,26% em maio, mesmo resultado de abril (0,26%). O acumulado em 2007 situou-se em 1,88%, acima da taxa do ano passado (1,13%). Nos últimos 12 meses, o INPC ficou em 3,57%, também acima do resultado de 3,44% relativo aos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio de 2006, o índice havia sido de 0,13%. No índice de maio, os produtos alimentícios variaram 0,07%, enquanto os não-alimentícios aumentaram 0,33%.

### 3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em maio de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido<sup>††</sup> necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais**  
**Brasil – Maio de 2007**

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Varição no ano (%)
João Pessoa	139,19	39,66	80h 35min	3,97
Curitiba	169,66	48,35	98h 13min	1,00
Goiânia	154,07	43,90	89h 12min	1,07
São Paulo	184,93	52,70	107h 04min	1,58
Natal	145,39	41,43	84h 10min	3,32
Porto Alegre	192,91	54,97	111h 41min	3,59
Rio de Janeiro	175,33	49,96	101h 30min	2,30
Belém	164,69	46,93	95h 21min	4,79
Florianópolis	168,02	47,88	97h 16min	-0,34
Belo Horizonte	167,50	47,73	96h 58min	-2,33
Vitória	162,76	46,38	94h 14min	2,90
Aracaju	142,49	40,60	82h 30min	3,55
Brasília	167,29	47,67	96h 51min	-2,65
Fortaleza	139,79	39,83	80h 56min	5,17
Recife	134,17	38,23	77h 41min	1,54
Salvador	135,71	38,67	78h 34min	0,67

Fonte: DIEESE

O salário mínimo necessário estimado deveria ser, em maio, R\$ 1.620,64, 4,26 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 380,00. Em abril,

<sup>††</sup> Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

este mínimo deveria corresponder a R\$ 1.672,56, ou 4,40 vezes o piso nacional.

Com a redução do custo da cesta básica em todas as capitais, em maio, reduziu-se também o tempo médio de trabalho necessário, no conjunto das cidades pesquisadas, para que uma pessoa, remunerada pelo salário mínimo, pudesse adquirir os bens alimentícios essenciais. Assim, se em abril, este trabalhador precisava cumprir uma jornada de 96 horas e 07 minutos, em maio passou a necessitar de 92 horas e 03 minutos. Em maio de 2006, o tempo de trabalho exigido para a mesma compra era maior, e chegava a 98 horas e 49 minutos. Quando se considera o salário mínimo líquido verifica-se que em maio 45,31% do mínimo era empregado na compra dos mesmos itens que, no mês anterior, exigiam 47,31%. Em maio do ano passado eram necessários 48,64%.

**Fonte: DIEESE E IBGE**

**Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>**

## **4 – DESEMPENHO SETORIAL**

### **4.1 – Indústria Geral**

Segundo pesquisa do IBGE, em abril de 2007, a produção industrial apresentou uma taxa negativa de 0,1% em relação a março. Foi a primeira taxa negativa após seis meses, período em que a indústria acumulou crescimento de 3,6%.

A taxa de -0,1%, observada de março para abril de 2007, resultou de um equilíbrio entre os vinte e três setores: 12 expandiram a produção e 11 apresentaram queda. Entre as indústrias que reduziram a produção, o principal impacto veio de alimentos (-1,9%), que interrompeu uma seqüência de cinco resultados positivos, que significaram um crescimento de 4,8% na comparação março 07/outubro 06. Também merecem destaque as contribuições negativas vindas de perfumaria, sabões e produtos de limpeza (-5,7%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (-3,4%) e refino de petróleo e produção de álcool (-1,2%). Por outro lado, outros produtos químicos (2,3%) e bebidas (4,3%) exerceram as pressões positivas mais relevantes.

Na comparação de abril de 2007 com abril de 2006, houve alta de 6,0%, melhor resultado desde junho de 2005 (6,4%), refletindo o comportamento positivo da maioria (20) das vinte e sete atividades pesquisadas. Vale ressaltar, no entanto, que abril de 2007 teve dois dias úteis a mais do que abril de 2006. Por ramos industriais, os principais destaques vieram de máquinas e equipamentos (20,5%) e de veículos automotores (11,2%), seguidos por alimentos (4,9%); metalurgia básica (7,2%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (14,3%); máquinas para escritório e equipamentos de informática (23,1%) e bebidas (12,2%). Nestas atividades, sobressaem principalmente os itens: fornos de microondas e centros de usinagem; automóveis e

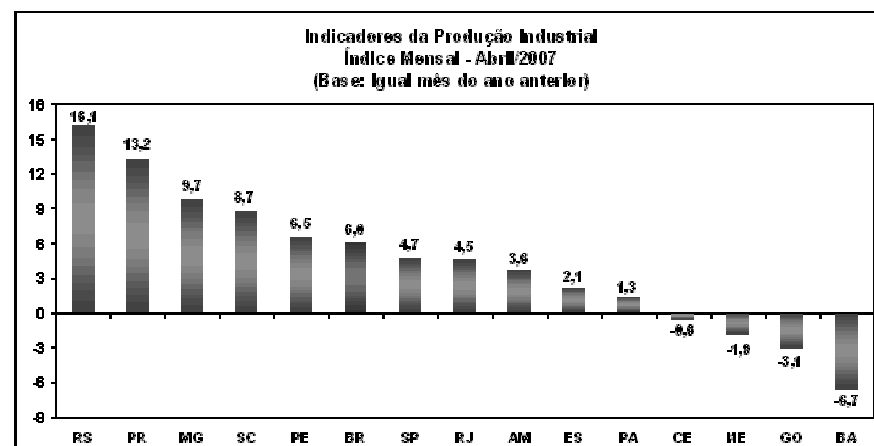
**Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>**

autopeças; carnes e miudezas de aves, e rações; lingotes, blocos e tarugos, e barras de aço ao carbono; transformadores e motores elétricos; computadores e monitores; e refrigerantes e cervejas. Entre as sete atividades em queda, a de maior impacto na formação da taxa global é a de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-14,1%), com destaque para o recuo na produção de telefones celulares e televisores. A queda verificada na indústria de madeira (-8,6%) foi a segunda pressão negativa mais importante.

O crescimento de 4,3% no acumulado do ano teve perfil generalizado mostrando, segundo o IBGE, a manutenção de tendência de crescimento. No corte por atividades, a liderança permanece com máquinas e equipamentos (15,9%), seguido pelas contribuições positivas de veículos automotores (7,3%); alimentos (4,9%); metalurgia básica (8,6%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (28,7%). Por outro lado, entre os sete setores em queda, o de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-11,7%) teve o principal impacto negativo sobre a média da indústria, vindo a seguir as indústrias farmacêutica (-3,7%) e de edição e impressão (-2,4%).

Na análise regional a produção industrial entre abril e março de 2007 os índices da produção industrial mostram queda em dez dos quatorze locais pesquisados. Todas as áreas com redução na produção tiveram taxas abaixo da média nacional (-0,1%), com destaque para Goiás (-4,0%) e Espírito Santo (-3,0%) com as quedas mais acentuadas. Entre as áreas que ampliaram a produção, Rio Grande do Sul (2,9%) e Rio de Janeiro (0,8%) alcançaram as taxas mais expressivas, enquanto Santa Catarina e São Paulo (ambas com 0,1%) praticamente repetem o patamar de produção do mês anterior.

GRÁFICO 1



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Também de acordo com o IBGE o nível de emprego na indústria nacional avançou 0,5% em abril frente a março, quarto resultado positivo consecutivo, acumulando acréscimo de 1,7% entre abril e dezembro passado. A expansão também foi confirmada pelo índice trimestral, que registrou variação positiva de 0,4% entre os trimestres encerrados em abril e março, acumulando ganho de 0,9% entre dezembro e abril. Na comparação entre abril 07/ abril 06, o crescimento foi de 1,7%, décimo resultado positivo consecutivo nessa comparação e o mais elevado desde maio de 2005. O acumulado de janeiro a abril ficou em 1,4% e o nos últimos doze meses (de 0,4% em março para 0,6% em abril) se mantém em ascensão desde outubro de 2006.

Ainda segundo a pesquisa, no índice mensal (1,7%), todos os locais aumentaram o contingente de trabalhadores, à exceção do Rio Grande do Sul, com queda de 1,3%, devido, principalmente, ao recuo do emprego no setor de calçados e artigos de couro.

(-15,3%). São Paulo (2,4%), Região Nordeste (2,3%) e Santa Catarina (2,7%) contribuíram com as pressões mais relevantes no resultado geral.

No total do país, treze dos dezoito segmentos pesquisados mostraram aumento no emprego. As principais influências positivas vieram de alimentos e bebidas (4,4%), produtos de metal (5,3%) e máquinas e equipamentos (5,0%), enquanto, em sentido contrário, destacaram-se os impactos negativos dos setores de calçados e artigos de couro (-5,7%) e de vestuário (-3,8%).

Na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), os resultados da pesquisa industrial mensal, referentes a abril e divulgados pelo IBGE, indicam a consolidação de uma nova faixa de expansão da indústria.

Porém, a continuidade desta tendência de aceleração do setor não é tão clara, pois alguns dados mostraram interrupção do processo de expansão que se já se prolongava por seis meses. O próprio incremento de 6% em relação a abril de 2006 deve ser avaliado com cautela: além dos dois dias úteis a mais em 2007, a base de comparação é muito baixa, devido ao desempenho especialmente adverso da indústria no segundo trimestre do ano passado.

**Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

*Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>*

*Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>*